

V Simpósio IESA/SBSP

20 a 23 de maio de 2002, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

AGRICULTURA FAMILIAR, PRODUÇÃO ORGÂNICA E "NOVOS RURAIS":

um estudo de caso no sul do Brasil¹

Marco Antônio Verardi Fialho²

Sessão 2: Articulação entre a Agricultura Familiar e Agricultura Orgânica na perspectiva ética.

Resumo: Este trabalho faz uma breve comparação entre as estratégias de cada sistema de produção identificado na pesquisa de campo (Dois Irmãos e Ivoti – RS/BR). Dentre os sistemas de produção destaca-se o relacionado à olericultura orgânica que se caracteriza pela origem urbana do agricultor [caminho inverso do êxodo rural (urbano → rural) - denominado de "novos rurais"], pelo modo "urbano" de comercializar a produção (tele-entrega), pela utilização das redes comerciais e sociais, de maneira diferenciada, para viabilizar a reprodução socioeconômica da família e pela aquisição de conhecimento técnicos, relativos ao cultivo orgânico, através de livros, revistas, programas de rádio e de televisão. Assim, o trabalho busca refletir sobre o modo que este agricultor utiliza os diversos capitais para implementar um sistema de produção de elevado nível de renda. Finalizando, reflete-se sobre a possibilidade de utilizar essa racionalidade como exemplo para elaborar propostas para a consolidação da agricultura familiar e para o desenvolvimento local.

Palavras-Chave: agricultura familiar, produção orgânica, novos rurais, sistemas de produção, comercialização.

Abstract: This paper shows a brief comparison between the strategies of each productive system identified in the field research (Dois Irmãos and Ivoti – RS/BR). Among the productive systems emerges outstandingly the organic vegetables culture, characterized by the farmer's urban origin [the opposite way of the rural exodus (urban → rural) – known as “the new rural”]; by the “urban” way of commercializing the production (phone-delivery); by the use of trade and social nets, in distinguished ways, in order to make possible the family socioeconomic reproduction; and by the technical knowledge acquisition in relation to the organic culture, through books, magazines, radio and TV programs. Thus, this work attempts to reflect on the way the farmer uses the various capitals for the implementation of a productive system with a high-level income. Concluding, this work reflects on the possibility of using this rationality as an example to elaborate propositions for the consolidation of the family farming and of the local development.

¹ Este Trabalho é parte da Dissertação de Mestrado “Agricultura Familiar e as Rendas Não-Agrícolas na Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti – RS” (2000) – CPGER/UFRGS – Porto Alegre – Brasil. Este artigo foi realizado com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, no âmbito do projeto de pesquisa “Desenvolvimento Rural Sustentável: Registro de novas ruralidades” (CPDA/UFRRJ).

² Economista, Mestre em Economia Rural, Doutorando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ – Rio de Janeiro – Brasil. End: Rua Sofia Veloso, 192/402 – Porto Alegre/RS – CEP: 90050-140. E-mail: marcovf@ig.com.br ou marcovf@bol.com.br

Key words: family farming; rural organic production; new rurals; productive systems; commercialization.

1 Introdução

A partir de meados de 1980 os pesquisadores do meio rural brasileiro vislumbram um “novo” tema de pesquisa: “Agricultura Familiar”. É na década de 1990 que a agricultura familiar começa a ganhar importância. A agricultura baseada na grande extensão de terra e no aporte tecnológico ameaça o emprego agrícola. Com isso, os estudiosos percebem a importância que a agricultura de base familiar possui para o desenvolvimento social e econômico do meio rural brasileiro. Essa importância está relacionada com o desenvolvimento sustentável, no qual, a geração de emprego (agrícola e não-agrícola), renda, preservação do meio ambiente, produção de alimentos e o desenvolvimento local são os principais indutores do equilíbrio no meio rural, ou seja, tornar o meio rural dinâmico e capaz de manter e atrair a população. Isso resultaria num aumento do nível do bem-estar tanto da população rural como urbana.

O meio rural passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar de uma sociabilidade mais densa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que, no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento e a expansão dos turismo rurais (ecológico e cultural). A revalorização de festas, rodeios e feiras agropecuárias associa-se à valorização da cultura local e de etnias sob a forma de apoio à produção de conservas, artesanatos e manufaturas as mais variadas, bem como na dinamização de agroindústrias associativas de agricultores familiares.

Estes processos de revalorização do mundo rural consolidam atividades rurais e urbanas em cidades interioranas, reduzem – podendo mesmo reverter – o processo de migração rural-urbana e estão associados a consolidação de processos participativos de planejamento e gestão social nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (Moreira, 2001).

Inspirado neste contexto foi criado um grupo de pesquisa composto por professores e alunos do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) intitulado “Desenvolvimento Rural Sustentável: Registros de Novas Ruralidades”. Este grupo de pesquisadores propõem-se à formulação de perspectiva teórico-interpretativa e a realização de análises de relações sociais desenvolvidas no espaço rural e que se refiram ao processo de desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar. Procura-se enfatizar os registros de novas identidades rurais – novas ruralidades – que estão sendo construídas nas últimas décadas no Brasil com as postulações de fortalecimento da agricultura familiar e com a realização da reforma agrária e o reconhecimento da construção de um novo mundo rural.

Para ilustrar essa “nova” dinâmica do meio rural brasileiro apresenta-se um estudo de caso de uma propriedade agrícola familiar do município de Dois Irmãos – RS³. Esta propriedade rural caracteriza-se por implementar um sistema de produção pouco comum na região, mas que vem sendo identificado em várias regiões do país. Um sistema produção que se destaca pelo cultivo orgânico de alimentos, pelo modo “urbano” de comercializar a produção (tele-entrega), pela utilização diferenciada das redes comerciais e sociais, pelo modo de aquisição do conhecimento técnico (livros, revistas, programas de rádio e televisão) e, a principal característica, a origem urbana da família [caminho inverso do êxodo rural (urbano rural) – denominado de “novos rurais”]. Assim, este trabalho busca refletir sobre o modo que esta família utiliza os diversos fatores que compõem a estratégia de reprodução social e econômica, também analisar a possibilidade de utilizar essa racionalidade como exemplo para elaborar propostas de políticas públicas para a consolidação da agricultura familiar e para o desenvolvimento local.

2 Uma Breve Caracterização dos Diferentes Sistemas de Produção Executados na Região

Em estudo anterior (Fialho, 2000) foram tipificados os diferentes sistemas de produção colocados em prática pelos agricultores familiares da região onde está localizado o município de Dois Irmãos. Nesse estudo puderam ser identificar oito

³ Dois Irmãos tem 62,8 Km² de área e aproximadamente 18.000 habitantes (98% vivem na área urbana e o restante, no meio rural). Está situado na região metropolitana de Porto Alegre. O setor agropecuário deste município, em virtude da realidade urbano-industrial atual, é pouco significativo. Dois Irmãos conta com aproximadamente 58 estabelecimentos rurais (48 com menos de 20ha, ou seja, neste município, há um predomínio quase absoluto das pequenas propriedades de cunho familiar).

tipos distintos de sistemas de produção implementados por três grupos sociais de agricultores familiares. Esses grupos apresentaram comportamentos fortemente diferenciados.

O primeiro grupo - social dinâmico (sistemas de produção: uvas de mesa, flores e olerícolas), que representa aproximadamente 1/4 dos agricultores da região, caracteriza-se por uma grande disponibilidade de equipamentos/instalações. Esses produtores possuem trator e/ou micro-trator, sistema de irrigação, estufa, caminhão e galpões. Também pode-se destacar a utilização de mão-de-obra externa e a ausência de rendas oriundas de atividades não-agrícolas. Esse grupo, além de utilizar toda mão-de-obra familiar em suas atividades agrícolas, busca com a mão-de-obra contratada complementar suas necessidades de mão-de-obra, seja ela fixa ou temporária.

O sistema de produção baseado no cultivo de uvas de mesa caracteriza-se por ser de elevado nível tecnológico (plasticultura) e é realizado em propriedades de 4ha a 6,5ha de área total. Este sistema de produção é colocado em prática exclusivamente por colonos de origem japonesa, responsáveis pela introdução e desenvolvimento da cultura de uvas de mesa na região. Estes colonos têm por característica uma dedicação exclusiva à agricultura comercial, visto que não realizam nenhum cultivo de subsistência e nenhuma atividade de criação. Também pode-se salientar a utilização intensiva tanto da terra como da mão-de-obra. Isto se deve ao trabalho “artesanal” necessário a esta cultura, e que resulta num produto de alta qualidade e de excelente preço.

O cultivo de flores, de corte e/ou de vaso, está principalmente localizado no município de Ivoti, vizinho a Dois Irmãos. Como no sistema anterior, este também é desenvolvido exclusivamente por colonos de origem japonesa e seus descendentes. Este sistema caracteriza-se por (1) apresentar uma utilização intensiva de terra e mão-de-obra, (2) pela alta tecnologia empregada, (3) pela comercialização em centros atacadistas (CEASA), (4) pela utilização de mão-de-obra contratada, e (5) pelos elevados valores dos indicadores de desempenho econômico (Ver Tabela, a seguir).

Os produtores de olerícolas são de origem germânica e caracterizam-se por desenvolverem atividades agrícolas de modo tecnificado, entretanto com um nível inferior ao apresentado pelos sistemas de produção precedentes. Além da produção de verduras, esses produtores realizam a cultura do milho e do aipim que se destina

principalmente à comercialização. A disponibilidade de um veículo de transporte pesado permite a esses agricultores que realizem a comercialização direta da produção. Tal situação proporciona a obtenção de melhores preços de venda, se comparados com os agricultores que não possuem transporte e são obrigados a comercializar seus produtos com intermediários, como é o caso dos sistemas de produção pluriativos. Este sistema de produção apresenta atividades destinadas ao autoconsumo de grande relevância, para consumo humano e também para a alimentação dos animais, principalmente a do gado leiteiro e a dos suínos.

Tabela: Renda média mensal dos sistemas de produção da região de Dois irmãos

Sistemas de Produção	RT/UTHF (R\$)	RA/UTHagrF (R\$)	RAÑA/UTHÑagr (R\$)	RT/Estab (R\$)
Uvas de mesa	590,00	530,00	0,0	1.670,00
Flores	1.130,00	1.090,00	0,0	4.290,00
Olerícolas	580,00	560,00	0,0	2.190,00
Pluriatividade (RA)	480,00	480,00	360,00	1.740,00
Pluriatividade (RNA)	340,00	260,00	320,00	1.390,00
Leite	570,00	450,00	325,00	1.420,00
Aposentados	360,00	190,00	0,00	560,00
Carvão	450,00	220,00	540,00	1.570,00
Orgânico/novos rurais	1.100,00	1.430,00	0,00	3.220,00

Fonte: Fialho (2000).

- Valores de outubro de 1999; no cálculo das rendas foram computados o autoconsumo (a valores de mercado local) e a depreciação das instalações e equipamentos;
- RT/UTHF: remuneração da mão-de-obra familiar;
- RA/UTHagrF: remuneração da mão-de-obra agrícola familiar;
- RAÑA/UTHÑagr: remuneração da mão-de-obra não-agrícola familiar;
- RT/Estab: renda total da família;
- Para demonstrar a capacidade que o sistema de produção "orgânico/novos rurais" possui para garantir a reprodução socioeconômica do estabelecimento agrícola, foram descartadas as rendas de atividades não-agrícolas e a mão-de-obra não-agrícola, e os membros da família (filhas) que trabalham fora da propriedade foram computados como pessoas não produtivas, mantendo assim inalterado o número de residentes na propriedade. Nesse caso, a renda total manteve-se a mesma que a renda agrícola.

O segundo grupo - social intermediário [sistemas de produção: Pluriatividade - RA (primazia da renda agrícola na composição da renda total) - , Pluriatividade - RNA (primazia das rendas não-agrícolas na composição da renda total) - e Leite] - caracteriza-se principalmente por apresentar uma complementaridade entre rendas agrícolas e rendas não-agrícolas. Portanto, é o grupo que melhor apresenta as influências da pluriatividade na agricultura familiar da região. Destaca-se por colocar em prática três sistemas de produção e têm uma importante representação numérica

na região estudada, pois representam mais da metade das propriedades agrícolas da região.

As atividades agrícolas implementadas no sistema de produção Pluriatividade - RA compõem-se principalmente pelo cultivo de olerícolas, aipim, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão e acácia-negra. A comercialização dos produtos agrícolas ocorre através de intermediários ou no comércio local. A criação animal tem como finalidade suprir a propriedade com carne, leite e ovos. É comum a família comercializar pequenas quantidades de leite para os laticínios da região.

O sistema de produção pluriativo com rendas não-agrícolas majoritárias (Pluriatividade - RNA) apresenta as mesmas características do sistema de produção anterior quanto às atividades agrícolas e de criação, como também nas formas de comercialização da produção. O que o distingue do anterior é a composição da renda total, já que, neste sistema, as rendas não-agrícolas representam mais de 50% da renda total. A parcela da mão-de-obra utilizada nas atividades agrícolas é inferior à empregada nas atividades não-agrícolas. Em função da reduzida utilização de mão-de-obra na agricultura, esse sistema apresenta um processo de extensificação mais avançado que o apresentado pelo sistema de produção anterior.

O sistema de produção baseado na produção de leite caracteriza-se por produtores que têm na atividade leiteira a sua principal atividade produtiva. Esses produtores enfrentam dificuldades principalmente no que diz respeito à comercialização, já que ficam submetidos aos preços praticados pelas duas únicas beneficiadoras de leite da região. O plantel leiteiro restringe-se a, no máximo, 13 cabeças que produzem entre 100 l/dia a 150 l/dia. A atividade agrícola caracteriza-se pela produção destinada ao autoconsumo da família e para o plantel leiteiro. A produção de silagem é prática comum entre os agricultores, além do cultivo de pasto e cana-de-açúcar para complementar a ração dos animais.

O terceiro grupo, social estagnado (sistemas de produção: aposentados e carvão), tem por característica a alta participação das aposentadorias ou da produção de carvão vegetal na renda total. São propriedades que apresentam baixíssimo nível tecnológico e uma agricultura basicamente destinada à subsistência. Este grupo representa aproximadamente 1/4 das propriedades agrícolas dos dois municípios.

As famílias que implementam o sistema de produção “aposentados” têm por característica realizarem atividades agrícolas extensivas devido às limitações em mão-de-obra. As propriedades não têm mais de três indivíduos residentes. A produção leiteira (5 l/dia a 20 l/dia) é a única atividade comercial; as rendas de aposentadorias representam entre 40% e 70% da renda total. Assim, as rendas oriundas das aposentadorias representam um mecanismo de compensação às deficiências de capacidade produtiva que a mão-de-obra idosa apresenta. Um aspecto relevante diz respeito à história destas propriedades. As pessoas residentes atualmente, em sua maioria, nunca se dedicaram a outras atividades, mas seus filhos, quase na sua totalidade, são trabalhadores das indústrias calçadistas (pluriatividade) e que, com o passar dos anos, mudaram-se para a cidade. Assim, pode-se dizer que este sistema de produção representa o último estágio que uma propriedade agrícola familiar da região de Dois Irmãos e Ivoti pode alcançar em decorrência da influência direta das atividades não-agrícolas. Tal situação, decorrente do desenvolvimento acentuado da pluriatividade, representa a desagregação da agricultura familiar.

O sistema de produção baseado na produção de “carvão” vegetal é encontrado unicamente no município de Ivoti. Sua característica principal é apresentar o cultivo da acácia-negra para produção de carvão vegetal na própria propriedade. As instalações e o nível tecnológico empregado na atividade agrícola e na produção de carvão são bastante precários, o que caracteriza um processo de estagnação avançado.

Os sistemas de produção familiares apresentados acima formam, *grosso modo*, o sistema agrário da região. Mas a metodologia da abordagem sistêmica não se restringe a apenas caracterizar os sistemas de produção mais freqüentes numa região. Esta metodologia procura também sinalizar propostas de desenvolvimento, baseadas em sistemas de produção que estão emergindo, porque este método fornece importantes informações sobre os fatores que levaram alguns sistemas de produção emergirem ou, por outro lado, tenderem ao declínio. Isso é possível pelo seu caráter não-aleatório, ou seja, a busca da representatividade dos sistemas de produção vigentes na região.

Levando em conta este aspecto da abordagem sistêmica, o estudo identificou um novo sistema de produção que está surgindo na região de Dois Irmãos e Ivoti. Este sistema de produção foi denominado de “orgânico/novos rurais”, que estaremos

nos aproximando como estudo de caso aqui analisado. Mas antes de aprofundar o estudo sobre este sistema de produção é importante fazer uma rápida discussão sobre os “novos rurais”.

3 Da possível origem do neo-ruralismo ao momento atual

Para conhecer a gênese dessa “nova” identidade rural nos reportamos aos trabalhos de Keith Thomas – “O Homem e o Mundo natural: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)” – e de Alan Macfarlane – “A Cultura do Capitalismo”. Ambos buscam reconstituir a origem da valorização do mundo natural, na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII quando identificam uma mudança de “visão” em relação à natureza.

Macfarlane (1987, p. 105) busca em Mann e Anthony Sampson a explicação pelo antiurbanismo inato e o amor à natureza dos ingleses. A Inglaterra do século XVIII era considerada a nação mais urbanizada do mundo. Para Thomas (1988, p. 292-294), a superpopulação tornou Londres, Sheffield, Newcastle e Oxford em cidades insalubres com uma qualidade de vida ruim, principalmente, devido à qualidade do ar. “Imersos em fumaça, aturdidos com perpétuo barulho, não surpreende que os habitantes urbanos viessem a ansiar pelas delícias imaginadas da vida rural”.

Esse processo rápido de urbanização trouxe graves consequências para o modo de vida urbano, a poluição e o estressante mundo dos negócios. Foi essa relação que transformou esta sociedade, por um lado, numa sociedade industrial e capitalista mais desenvolvida, uma vida urbana constituída de paisagens artificiais, criadas pelo homem, mas, por outro lado, foi essa ausência do natural que gerou o respeito e o amor pelo selvagem e não-artificial. Na realidade, os ingleses tinham o desejo de tornarem-se aristocratas rurais. Esse desgosto pelo mundo urbano refletia-se nos inúmeros parques, no cultivo de jardins exuberantes, nas férias em meio à natureza e na vontade de viver seus últimos anos numa residência rural rodeada por belos bosques (Macfarlane, 1987, p. 105).

A vida no campo para os ingleses era confortável, as casas de campo eram verdadeiras mansões que proporcionavam “... uma base para um estilo de vida distintamente ‘ruralizado’, entremeado com uma certa dose de política e administração” (Macfarlane, 1987, p. 294).

O retorno ao campo estava relacionado com o sentimento nostálgico, as plantas e os animais trazem de volta lembranças da infância, da inocência e a proximidade com Deus. Deus fizera o campo, o homem a cidade (Thomas, 1988, p. 297). Essa relação acentuava a tendência a depreciar a vida urbana e a encarar o campo como símbolo de inocência. Viver próximo à natureza era a maneira que o homem tinha de sentir-se próximo de Deus, limpo, longe das impurezas da vida urbana.

Reconhecendo as diferenças históricas e de classe nesta nossa analogia entre os estudos dos autores e nossos “novos rurais” gostaríamos de ressaltar a possibilidade de que estes valores estejam no imaginário do homem. A busca pelo puro e natural vem crescendo nas últimas décadas. A preservação do meio ambiente e o cultivo de produtos orgânicos, além de calcados nas críticas ambientalistas contemporâneas (Moreira, 2000), podem ser vistos como exemplos pela busca do natural, um retorno às origens e o reencontro com Deus.

Segundo Gian Mario Giuliani (1990) no seu trabalho intitulado “Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos”, trabalho que inaugurou a discussão sobre “novos rurais” no Brasil, a discussão sobre neo-ruralismo surge na França a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970.

“Na prática, o neo-ruralismo expressa a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estarem em vias de extinção, passam por um certo revigoramento e começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da auto-determinação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo, assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo (Giuliani, 1990, p. 59-60).”

De modo geral pode-se notar uma proximidade entre as análises de Macfarlane (1987), Thomas (1988) e Giuliani (1990). A busca pela proximidade com a natureza associa-se a uma qualidade de vida que se contrapõe aos anseios materiais, a busca pelo prazer de viver bem sem a tradicional necessidade de buscar meios de sobrevivência. Nos períodos históricos do Brasil ocorreram vários momentos onde a população deslocou-se para o meio rural, mas que não

caracterizava o neo-ruralismo. Segundo Giuliani (1990, p. 60), os movimentos inversos ao êxodo rural estavam ligados aos ciclos econômicos de produtos agrícolas destinados ao mercado externo, como a borracha, o algodão, o café, etc. Além disso, essas idas ao campo relacionavam-se com políticas de estímulo a expansão e ocupação da fronteira agrícola (região oeste e a Amazônia), importação de mão-de-obra, como utilização de imigrantes italianos e japoneses nas fazendas de café, e o retorno ao campo devido à contração do mercado de trabalho urbano.

Os “novos rurais” apresentam algumas características peculiares. No estudo realizado por Giuliani (1990) na região serrana fluminense (RJ), municípios de Nova Friburgo e Teresópolis, pode-se destacar algumas características que distingue os “novos rurais” dos demais residentes do meio rural. A primeira característica é a origem urbana, são pessoas que por motivos vários, dentre eles a fuga da vida estressante das grandes metrópoles, resolveram trocar o “mundo artificial” (cidade) pelo natural (campo). Essa mudança visa recuperar hábitos antigos que o mundo urbano desprezou, como o convívio com os animais e as plantas, a busca de uma alimentação mais natural/saudável, a desvinculação com o tempo dos homens, mas a aproximação com os ciclos da natureza. Uma volta às raízes.

Outra característica é a origem social dos “novos rurais”, a maioria é das classes média e média alta. Isto implica em dizer que o indivíduo “novo rural” tem formação de nível superior o que significa que ele busca o conhecimento. Essa busca pode ocorrer a partir de livros específicos (nacionais e importados), revistas especializadas, visitas a instituições de ensino superior (faculdades), instituições de pesquisa científicas, cursos rápidos para introduzir ou ampliar o conhecimento em determinado assunto, e viagens nacionais e/ou internacionais para visitar e conhecer outros produtores (troca de experiências). São pessoas que estão permanentemente buscam aperfeiçoar seu modo de produção, não buscam uma forma final – acabada – de como produzir (Giuliani, 1990, p. 60-61).

Os “novos rurais”, na maioria das vezes, não vêm aventurar no meio rural. A ida para o campo é planejada nos seus detalhes, levam algum tempo preparando e estudando todas as alternativas possíveis para que não haja contratempos que possam frustrar o sonho de uma vida mais “pacata”. Muitas vezes a mudança do meio urbano para o rural não se dá de forma abrupta, o que ocorre é um período de transição onde o indivíduo não se desvinculou totalmente do meio urbano, essa ruptura só se dá quando adquire a certeza de êxito. Esta é uma característica

importante, pois esse período de adaptação anula o “choque do novo”, um impacto que nem sempre é assimilado com facilidade e que pode ser decisivo na permanência ou não do indivíduo no meio rural.

Um fator importante para o êxito de um “novo rural” é a estabilidade financeira no período inicial de residência no meio rural. Essa estabilidade financeira normalmente é garantida por uma reserva acumulada ao longo do período de preparação ou por algum ativo (exemplo: aluguel de imóvel) que proporcione uma renda mensal capaz de satisfazer as necessidades habituais. O respaldo financeiro é importante para que a atenção seja direcionada para outros fatores que estão relacionados com as atividades produtivas que irão proporcionar a sustentabilidade financeira da propriedade rural.

No que diz respeito às atividades produtivas, os “novos rurais” procuram na maioria das vezes atividades de nicho, como criação de animais exóticos (*escargots*, rãs, trutas, etc.), cultivo de plantas especiais (ervas finas, cogumelos, nozes, etc.), produção de alimentos típicos (queijos, aguardente, doces, etc.) e atividades relacionadas com o turismo no meio rural (hotéis, pousadas). Essas atividades têm um aspecto em comum, todas estão direcionadas para um público seletivo, exigente e com poder aquisitivo. Um público que só os que conhecem as suas exigências são capazes de satisfazê-las, os que vieram e viveram na mesma realidade. Além disso, os “novos rurais” antes mesmo de começar as atividades produtivas já estão com o mercado consumidor/comprador definido. Essa garantia de mercado é uma característica dos “novos rurais”, eles primeiro garantem o mercado para depois iniciar a atividade comercial.

As instalações não são nada parecidas com as moradias tradicionais do meio rural. As residências dos “novos rurais” são muito mais confortáveis que o padrão médio das construções da população rural. Eles procuram trazer para o campo todo o conforto que tinham disponível quando moravam nas cidades, começando pelas dimensões das casas, mobílias, eletrodomésticos de última geração, entre outros.

Como salienta Giuliani (1990, p. 66), os “novos rurais” brasileiros buscam satisfazer suas aspirações individuais, conciliando valores antigos (autodeterminação, natureza, tranquilidade, simplificação das relações sociais) com valores modernos (racionalidade produtiva, especialização, renovação tecnológica), sem deixar de reproduzir o modelo de produção capitalista.

4 A Lógica de um Agricultor– “Neo-ruralismo”

O cultivo de produtos orgânicos e agroecológicos vêm a se constituir numa nova alternativa para os agricultores familiares do Rio Grande do Sul, principalmente devido à política agrícola do atual Governo do Estado que busca incentivar e ampliar práticas alternativas de cultivos.

Com isso, a prática de uma agricultura sustentável pode sair do “âmbito utópico” para o real. Esta transformação é ocasionada por uma conjunção de fatores antes negligenciados ou ignorados pelas classes governantes, como: a) a redução dos custos de produção; b) a independência quanto ao uso de produtos químicos; c) o aumento da mão-de-obra empregada no processo produtivo; d) a valorização monetária dos produtos ecológicos em relação aos convencionais; e) a conscientização da população quanto ao benefício à saúde e conseqüentemente o aumento da demanda; etc.

Além disto, a prática da agricultura convencional está relacionada ao aumento da produtividade e do lucro. Segundo Gliessman, a busca destas metas ocasionou sérias conseqüências ao meio ambiente, principalmente pelas práticas utilizadas na agricultura convencional, como o cultivo intensivo do solo, a monocultura, a irrigação, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e por último a manipulação genética de plantas. As conseqüências estão na redução da qualidade do solo, devido à diminuição da matéria orgânica e à compactação deste pelo uso demasiado de máquinas no processo produtivo. Assim, aumenta a incidência de erosão causada pelas chuvas e pelo vento. Concluindo, “... a agricultura moderna é insustentável - ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, a longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível” (2000, p. 33).

Distintamente, a agroecologia pressupõe princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, ou seja, ela procura integrar esses princípios para melhor compreender e avaliar o efeito desses nos sistemas agrários e na sociedade como um todo; e com isso, promover a produção sustentável em que o equilíbrio entre as plantas, solos, nutrientes, luz solar e outros organismos coexistentes, seja preservado. Assim, garantindo a inter-relação harmoniosa entre todos os componentes do processo produtivo e, por conseqüência, a preservação do meio ambiente para as gerações futuras (Altieri, 1998).

A experiência de uma família de agricultores (“novos rurais”) de produtos orgânicos existente na região estudada ilustra de maneira exemplar essa situação. A atividade agrícola implementada por eles respeita as práticas ecológicas. A propriedade possui, aproximadamente, 4 ha de superfície total, sendo que utiliza 3 ha na atividade produtiva. Quanto à disponibilidade de equipamentos, esta propriedade dispõe de um moto cultor tipo “Tobatta”, galpão de madeira, pulverizador costal, motosserra, uma estufa (350m²), irrigação e uma caminhonete “Chevrolet S10”. As espécies cultivadas são: alface, agrião, berinjela, beterraba, brócolis, cenoura, couve, couve-flor, feijão, rabanete, repolho, rúcula, salsa, tomate entre outros. Além da produção vegetal, há a produção animal e os principais produtos são leite, ovos, mel e húmus de minhoca.

A família é composta por seis pessoas, o casal e mais quatro filhos, sendo que as duas filhas mais velhas (19 e 22 anos de idade) trabalham em atividades fora da propriedade. Assim, a mão-de-obra agrícola resume-se ao casal (42 anos de idade) e mais um filho (13 anos de idade), já que o filho mais novo tem apenas cinco anos de idade. A utilização de mão-de-obra contratada resume-se na utilização de trabalhos relacionados com a manutenção da propriedade e não com a atividade agrícola.

Antes de refletir sobre a situação atual desta família é importante voltar no tempo para reconstituir uma parte da história destes “novos rurais”. Esta família tem sua origem no meio urbano onde nos anos 1980 e 1990 estava engajada na atividade empresarial, setor coureiro-calçadista. A atividade empresarial consistia em prestar serviço de terceirização para as fábricas de calçados de grande porte. As indústrias de calçados do Vale do Rio dos Sinos (RS) transferem as pequenas empresas prestadoras de serviços algumas etapas da confecção dos calçados que exigem o trabalho manual/artesanal de costuras, bordados e colagens mais delicadas. Por sua vez, as pequenas empresas prestadoras de serviços repassam estes trabalhos manuais para as famílias da região, normalmente essas famílias são de origem rural, ou seja, são agricultores (pluriativos) que pela necessidade de agregar renda executam atividades manuais. Essas atividades manuais são realizadas por todos os membros da família (esposa, marido, filhos e avós), nos períodos do dia em que não estão cumprindo com as tarefas relacionadas com a atividade produtiva agrícola, esses períodos são geralmente após o almoço e a noite. As empresas prestadoras de serviço servem de intermediárias entre as

indústrias de calçados e as famílias que na maioria dos casos são agricultores, essa aproximação com as famílias rurais possibilita, neste caso, o fortalecimento das relações de confiança entre agricultores e prestadores de serviço – capital social.

A vida urbana que esta familiar analisada levava naquele tempo era considerada por eles bastante estressante. O outrora empresário (atualmente agricultor) dividia seu tempo entre os contatos com as indústrias de calçados, as famílias que executavam os trabalhos manuais nos calçados e as burocracias da empresa prestadora de serviços. Essas atividades propiciavam um desgaste físico e mental grande, não só no chefe de família, mas na família em geral. Essa vida agitada e cheia de responsabilidades levou-os a buscar uma alternativa que conciliasse prazer e uma atividade rentável e a satisfação em executá-la. Para fugir da agitada vida urbana/empresarial a família adquiriu (há 20 anos) uma pequena área de terra (descrita acima) para passar os fins de semana em meio à natureza. Nesta propriedade rural a família ocupava-se no cultivo de frutas, legumes e verduras para consumo próprio, alimentos que eram produzidos com a preocupação de serem saudáveis, sem aditivos químicos. Como a produção superava as necessidades de subsistência da família, começaram inicialmente a distribuir gratuitamente entre os familiares e amigos residentes na cidade, o que era uma atividade de lazer resultou, com o passar dos anos, em uma atividade com fins lucrativos, mas de caráter secundário porque a principal fonte de renda da família era a atividade empresarial.

Com o plano real (1994) veio a valorização da moeda nacional em relação ao dólar, essa política cambial reduziu drasticamente as exportações de calçados da região do Vale do Rio dos Sinos, conseqüentemente afetou a demanda pelos serviços manuais/artesanais que as indústrias repassavam para as empresas prestadoras de serviços. Com a crise no setor coureiro-calçadista, o outrora empresário viu-se numa situação crítica, já que a demanda pelos seus serviços foram reduzidas e sua renda diminuída. Foi nessa época que o agricultor, que já demonstrava interesse em morar na pequena propriedade rural, resolveu mudar de atividade econômica e de estilo de vida. Como já dispunha de certo conhecimento adquirido através de livros, revistas, jornais, programas de rádio e televisão, além de visitas a outros cultivadores de produtos orgânicos, esta família vislumbrou na produção e comercialização de produtos orgânicos uma excelente atividade empresarial, já que a valorização, pela sociedade, dos produtos cultivados sem

agrotóxicos estava aumentando nos últimos anos. Essa ida ao campo, como geralmente ocorre nos casos dos “novos rurais”, já vinha sendo programada há alguns anos, também foi importante, é característico dos “novos rurais”, o aporte financeiro que resultou da venda da empresa prestadora de serviços e do aluguel que recebia da casa onde morou por vários anos na cidade. Estes fatores foram importantes para garantir uma certa tranquilidade até conseguir a estabilidade na nova vida em meio à natureza.

Fundamentando esta análise nos dados obtidos na Pesquisa de Campo (1999), observou-se que os indicadores relacionados à atividade agrícola demonstraram que a produção orgânica tem um elevado potencial para promover um aumento na renda dos agricultores familiares. Um trabalhador agrícola nessa propriedade é responsável por aproximadamente 1,3 ha. O cultivo de produtos orgânicos é bastante demandante em mão-de-obra, visto que este valor é próximo ao obtido em sistemas de produção bastante intensivos como o sistema de produção de uvas de mesa. No que diz respeito à produtividade da terra, esse produtor apresentou uma renda por área (ha) utilizada de R\$ 12.870,00, valor este inferior somente àquele obtido pelos agricultores que se dedicam a produção de flores. Isto demonstra claramente a capacidade de geração de renda deste sistema de produção.

Ainda para mostrar que este sistema de produção é realmente eficiente, cabe salientar que a remuneração que a mão-de-obra agrícola familiar obtém mensalmente pode ser estimada em aproximadamente R\$ 1.430,00 (RA/UTHagrF)⁴. O sistema de produção que apresentou o melhor desempenho, relacionado a este indicador, foi o praticado pelos produtores de flores da colônia japonesa de Ivoti, com o valor de R\$ 1.090,00, ou seja, o agricultor ecológico obteve uma remuneração 31% superior (ver tabela). Essa situação deve-se aos baixos custos de produção, uma vez que os principais custos de produção estão relacionados à compra de insumos como sementes e mudas. É importante ressaltar que a produção orgânica não utiliza nenhum tipo de fertilizante químico ou agrotóxico industrializado, e os insumos utilizados são de produção própria. O segundo fator responsável por este desempenho pode ser atribuído ao modo de comercialização que é realizada através da venda direta ao consumidor pelo sistema de “tele-entrega” de “cestas

⁴ Remuneração que um trabalhador agrícola (de 18 a 59 anos de idade = 1Unidade de Trabalho Homem – UTH – 8 horas de trabalho/dia – 300 dias/ano), membro da família, recebe por mês da atividade exclusivamente agrícola.

ecológicas”, comercializadas principalmente para os municípios de Dois irmãos, Ivoti, Novo Hamburgo e São Leopoldo – região metropolitana de Porto Alegre.

A atividade comercial consiste na venda de cestas de produtos orgânicos. As cestas são compostas por vários itens produzidos pela família agrícola, como: verduras e legumes (variedades da estação), ovos de galinha, mel, melado (cana-de-açúcar), leite e pão integral. A grande maioria destes produtos é produzida dentro da propriedade rural, mas alguns precisam ser adquiridos nos vizinhos. Quanto aos produtos adquiridos de outros produtores, o agricultor tem o cuidado de escolher os fornecedores que produzem dentro de suas exigências. Para selecionar os possíveis fornecedores ele utilizou seu conhecimento da época que trazia os calçados para serem costurados, bordados e/ou colados, já que naquele período consumia produtos produzidos pelos agricultores, assim selecionava os que atendiam ao seu padrão de consumo. Acabou incorporando suas relações antigas na implementação de sua atual atividade produtiva e econômica, relações de confiança mútua que foram construídas com o passar dos anos, capital social.

A atividade agrícola fica restrita a quatro dias da semana (segunda a quinta-feira) e a atividade comercial a dois dias da semana (sexta e sábado), já que no domingo reserva para descanso ou uma atividade produtiva menos exaustiva. A comercialização é realizada através da tele-entrega. Seus clientes são pessoas que já vinham consumindo seus produtos antes desta atividade tornar uma atividade principal da família (parentes e amigos), pessoas que tem um certo poder aquisitivo e nível social (classe média). Na comercialização essa família também utiliza as suas antigas relações sociais, já que os consumidores mais antigos faziam parte do convívio da família quando esta residia no meio urbano. Nas duas etapas da atividade – produção e comercialização – a família utiliza as suas relações sociais que foram construídas na época que moravam na cidade, o capital social sendo utilizado de forma a ajudar no desenvolvimento da atividade. Como salienta Bernardo Kliksberg (2000, p. 27-28), o capital social é componente chave nas interações. As pessoas, as famílias e os grupos são capital social por essência. São portadores de atitudes de cooperação, valores, tradições que são sua identidade. Se ele for ignorado e deteriorado se inutilizam importantes capacidades aplicáveis ao desenvolvimento. Se for valorizado e reconhecido pode ser muito relevante e propiciar círculos de desenvolvimento.

Esta família de “novos rurais” tem uma dinâmica distinta se comparada com a dos agricultores familiares tradicionais, já que são considerados modernos e capitalizados. Apesar da propriedade ter dimensão inferior às tradicionais ela possibilita um nível de renda mais elevado, apresenta um elevado nível tecnológico onde figuram equipamentos adequados às atividades agrícolas (irrigação, estufa, tração mecânica, etc.), conhecimento técnico (modo de produzir / assistência técnica) e veículo de transporte para realizar a comercialização direta da produção. Os agricultores familiares tradicionais não dispõem do mesmo padrão tecnológico. A falta de capital financeiro, infra-estrutura e conhecimento técnico levam os agricultores familiares a agregar atividades não-agrícolas nas suas estratégias de reprodução, além de não estarem cultivando ou criando um produto de nicho de mercado, não terem um conhecimento mais detalhado do mercado consumidor e por estarem na atividade agrícola por herança, não por “escolha”, mas por necessidade. Essa diferenciação causa de certa forma um “preconceito social”, os agricultores tradicionais incluem-se dentro de uma fronteira grupal que estabelecem ao dizer “nós” e, ao mesmo tempo, excluem os outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como “eles”, “novos rurais” – relação “estabelecidos e outsiders” (Elias e Scotson, 2000, p. 37-38). Talvez esta diferenciação possa ser um obstáculo à absorção, pelos agricultores tradicionais, de parte da lógica de reprodução socioeconômica dos “novos rurais”, já que podem ser considerados como uma “ameaça” aos costumes e tradições da população mais antiga residente na região.

Deste estudo de caso pode-se ressaltar alguns fatores que tenham algo a acrescentar as pautas de discussão sobre políticas de desenvolvimento para a agricultura de base familiar. Fatores que até hoje foram desprezados pelas políticas destinadas ao setor agrícola. O primeiro destaque é dado à necessidade de despertar o interesse de adquirir conhecimento técnico, já que os agricultores familiares tradicionais implementam sistemas de produção (sistema de criação e cultivo) que não tiveram uma evolução muito significativa desde os primeiros colonizadores. Os órgãos de assistência técnica, muitas vezes, trazem novas técnicas de produção, mas que não estão de acordo com as aspirações dos agricultores ou até com as condições geográficas da região. Isso pode resultar numa frustração pela incapacidade do agricultor implementar novas técnicas, ou seja, um efeito contrário ao esperado.

Um segundo fator é a criação de condições de proximidade entre o agente produtor e o consumidor – encurtar a distância entre o rural e o urbano. A proximidade com o mercado consumidor pode influenciar o sistema de produção, a partir do momento que o agricultor conhecer melhor seu público alvo, suas necessidades de consumo e seus gostos/preferências, poderá atualizar e adequar às necessidades dos consumidores, o que facilitará sua inserção no mercado.

Outro fator está relacionado com a valorização do meio rural. Buscar inspiração na relação “novos rurais” – natureza, valorizar o espaço cotidiano, tornando-o suportável, desejável, consumível (Giuliani, 1990, p. 63). Ressaltar que o meio rural proporciona condições para uma vida serena, mais harmoniosa, na qual o tempo de lazer não contrasta com o tempo livre. “Tempo de lazer e tempo produtivo se confundem, porque as atividades desempenhadas são frutos de uma escolha. (...) proporcionando assim uma aprendizagem e um crescimento contínuo” porque o trabalho não é visto, pelos “novos rurais”, como alienado, mas como construtivo e enriquecedor (Giuliani, 1990, p. 65).

A lógica dos “novos rurais” traz importante contribuição tanto na organização da produção como da percepção da vida cotidiana, talvez sejam um modelo alternativo que mescla racionalidades urbanas e rurais, buscando harmonizar os aspectos que julgam positivos de cada realidade, criando assim o “neo-ruralismo”.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia: A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

ELIAS, N. e SCOTSON, J. Introdução: Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders (19-50). In: **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro, Zahar. 2000.

FIALHO, M. A. V. **Agricultura Familiar e as Rendas Não-Agrícolas na Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti – RS**. Porto Alegre, Dissertação (Economia Rural). Programa Pós-graduação Economia Rural. Faculdade de Ciências Econômicas. UFRGS, 2000. 206 p.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: O novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 14, p. 59-67 (out.), 1990.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre (RS), Editora Universidade/UFRGS, 2000. 653 p.

KLIKSBERG, B. "El rol del capital social y de la cultura en el proceso de desarrollo" in KLIKSBERG, B. e TOMASINI, L. orgs. **Capital Social y Cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Buenos Aires: BID/FCE, 2000, pp.19-58.

MACFARLANE, A. **A Cultura do Capitalismo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

MOREIRA, R. J. **Desenvolvimento Rural Sustentável: Registro de novas ruralidades**. Rio de Janeiro. Projeto de Pesquisa. ICHS/DDAS. CPDA/UFRRJ, 2001.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. nº 15, 39-52, out., 2000.

THOMAS, K. **O Homem e o Mundo Natural – O dilema humano**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.